



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 3 • nº 34 • 12 a 18/11/2006 • ISSN 1809-6182

Análise

10/11/2006 – Brasil 2006: A política externa brasileira na campanha presidencialp.01

Apesar de não enfatizada na campanha presidencial brasileira, a discussão sobre a formulação da política externa revelou dois projetos muito distintos. Alckmin acreditou na reaproximação com os tradicionais parceiros do Norte, enquanto Lula insistiu nas relações Sul-Sul e no diálogo como única solução da crise com a Bolívia.

Resenha

09/11/2006 – China permite valorização de sua moedap.05

O governo chinês permitiu, no dia 28 de setembro de 2006, que sua moeda corrente fosse valorizada. A medida agradou os Estados Unidos, país que há muito pressiona a China para valorizar sua moeda.

Brasil 2006: A política externa brasileira na campanha presidencial

Análise
Desenvolvimento / Integração Regional

Andre Lemos Klausing
10 de novembro de 2006

Apesar de não enfatizada na campanha presidencial brasileira, a discussão sobre a formulação da política externa revelou dois projetos muito distintos. Alckmin acreditou na reaproximação com os tradicionais parceiros do Norte, enquanto Lula insistiu nas relações Sul-Sul e no diálogo como única solução da crise com a Bolívia.

A campanha presidencial brasileira foi caracterizada por duas concepções de governo distintas, principalmente no que diz respeito à formulação da política externa.

O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), reeleito presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin não enfatizaram a discussão sobre a política externa brasileira, contudo, apresentaram projetos muito diferentes.

Alckmin insistiu na necessidade de uma política externa que não considerasse apenas as relações Sul-Sul. Segundo o candidato do PSDB, o país deveria se aproximar dos tradicionais parceiros europeus antes de empreender um projeto de desenvolvimento. O candidato também destacou em seus discursos a postura do atual governo diante de Bolívia e Venezuela.

Ao ser questionado sobre a sua proposta de política externa, durante o debate entre os candidatos à presidência da República, em 23 de outubro de 2006, Alckmin declarou: "Comigo contrato se respeita (...) O governo boliviano expropriou a Petrobras e o governo brasileiro foi

submisso, foi omissivo, criando uma insegurança jurídica muito grande."

Segundo o jornal espanhol El País, as críticas quanto à postura brasileira frente à Bolívia e Venezuela foram tão fortes e frequentes que o governo pareceu ter alterado sua política durante a campanha presidencial. Lula teria reagido às críticas de passividade diplomática e se distanciado de Bolívia e Venezuela.

O jornal faz referência à advertência brasileira ao governo boliviano, segundo a qual a agressividade política de Evo Morales contra as empresas brasileiras seria responsável por uma série de consequências na política latino-americana. A advertência em questão, contudo, consiste apenas em um pronunciamento do presidente da República, em 25 de outubro de 2006. "Se a Bolívia der um passo além do que a lei, do que o contrato permite, o Brasil tem os fóruns internacionais para debater".

De acordo com Lula, a tendência política na América Latina seria rumo a uma integração regional, integração essa que seria mitigada caso a Bolívia obrigasse o Brasil a recorrer a fóruns internacionais.

O discurso do presidente da República não aponta, assim, para um

distanciamento do Brasil em relação à Bolívia. Lula afirma apenas que a agressividade de Evo Morales parece destoar do que ele julga ser a atual tendência política latino-americana: a busca por integração, cooperação e diálogo. Ressalta, ainda, a necessidade de se buscar um acordo justo para os dois países, dada a importância político-econômica das relações entre Bolívia e Brasil. “Se fossem os Estados Unidos, as pessoas fariam: tem que negociar porque os Estados Unidos são importantes. A Bolívia também é importante”.

Ainda segundo o jornal *El País*, a oposição brasileira à candidatura venezuelana a um assento rotativo no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) indicaria, também, uma súbita alteração na política externa brasileira durante a campanha presidencial.

Entretanto, em contraposição ao que afirma o jornal espanhol, o Brasil mantém posição favorável à Venezuela. A suposta “súbita alteração na política externa” é uma interpretação equivocada de um pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, de 24 de outubro de 2006. Na ocasião, o ministro ressaltou que o impasse entre Venezuela e Guatemala provoca um desgaste para toda a América Latina, e assim como o presidente da República, Amorim fez referência à política latino-americana que busca diálogo e cooperação.

Em suma, as críticas de Alckmin à postura brasileira diante de Bolívia e Venezuela não provocaram uma alteração substancial da política externa nacional. O governo manteve, durante a campanha presidencial, um discurso favorável à integração da América Latina, alertando Estados que pudessem estar enfraquecendo esse processo.

A oposição de Alckmin à política externa do governo também esteve centrada na passividade brasileira diante de acordos

bilaterais dos Estados Unidos com países da América Latina e no retrocesso do Mercosul. Questionou, também, a busca, fora de proporção, por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. “É muito importante conquistar este espaço, mas as demais preocupações com a economia, os acordos bilaterais e o Mercosul também são”.

A demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU recebeu destaque durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sobretudo em seu segundo mandato. A busca por consolidar acordos bilaterais com os Estados Unidos e as potências européias sempre foi priorizada, contudo, em detrimento dessa demanda. Provém daí a recorrente acusação de submissão do governo de Fernando Henrique Cardoso aos interesses estrangeiros, sobretudo estadunidenses.

Alckmin, portanto, não foi incoerente ao criticar a conduta do atual governo; apenas apontou para a mesma orientação de Fernando Henrique Cardoso: a prioridade para os acordos bilaterais fora do eixo Sul-Sul. Lula respondeu às críticas quanto a essa questão com o seguinte argumento: “trata-se de uma política de afirmação do Brasil e da América Latina no cenário internacional, afirmação que caminha em oposição à submissão do governo anterior diante das grandes potências”.

O presidente da República também se mostrou irritado com o fato de o PSDB ignorar o superávit comercial brasileiro e ampliação das relações comerciais com Estados africanos e do Oriente Médio durante os debates da campanha presidencial. “Conheço gente boa do PSDB sobre política externa, mas me parece que esse pessoal não está trabalhando contigo, Alckmin”, afirmou Lula no debate de 23 de outubro de 2006.

Lula destacou também o sucesso de seu governo na oposição à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e

na constituição do G-20 (grupo de países em desenvolvimento). “Após a criação do G-20, poucas reuniões no mundo acontecem sem que o Brasil seja convidado.”

A afirmação do presidente da República a respeito da maior relevância do Brasil no cenário internacional, em comparação ao governo anterior, provoca duas questões.

Em primeiro lugar, essa maior notoriedade internacional brasileira decorre da política externa do governo Lula ou é um processo histórico independente, ao qual estaria submetido qualquer governo que ocupasse o Palácio do Planalto no período em questão?

Atrair o aumento da participação brasileira em fóruns internacionais apenas a um processo histórico independente das orientações de política externa é questionável. A oposição à criação da ALCA e a constituição do G-20 afirmaram a posição do Brasil como representante dos países em desenvolvimento. Posição reconhecida pelas potências internacionais e reafirmada com a constituição do G-4 (Grupo dos Quatro – Alemanha, Brasil, Índia e Japão) para a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Em segundo lugar, pode-se considerar esse aumento de notoriedade internacional um benefício real, uma vez que se resumiu a um maior número de participações em fóruns internacionais, e não a um ganho material efetivo, como o assento no Conselho de Segurança?

De fato, o Brasil apenas aumentou sua participação em fóruns internacionais. Contudo, a busca por resultados concretos está diretamente ligada à capacidade de um Estado em apresentar suas demandas no cenário internacional. Fazer-se ouvido em suas demandas e não se submeter aos interesses de outros Estados é uma pré-condição para atingir seus objetivos.

Especificamente em relação às críticas quanto ao assento no Conselho de

Segurança da ONU, deve-se lembrar que a reforma do Conselho está condicionada, pelos Estados Unidos, à reforma de toda a organização internacional. E se Estados como Alemanha e Japão não conseguiram viabilizar seu objetivo de reforma, esse não parece ser um bom indicador da eficácia dos esforços da política externa nacional.

Reações

Venezuela

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que havia declarado estar satisfeito com a vantagem de Lula nas pesquisas anteriores ao segundo turno das eleições presidenciais, destacou a reeleição do presidente da República e expressou seu otimismo pelo eixo de integração que se desenha na América Latina. “Outro mundo é possível, e já começou a aparecer no horizonte.” Após essas palavras, Chávez sugeriu a renúncia do presidente dos Estados Unidos George Bush, afirmando que a América Latina não poderia ser mais humilhada.

União Européia

A União Européia não teme uma “guinada de Lula à esquerda” após sua reeleição. Questionado sobre o tom esquerdista da campanha do PT, José Ignácio Salafranca, vice-presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Mercosul, afirmou ser o diálogo de extrema esquerda apenas uma arma eleitoral.

Alguns membros da Comissão Européia (CE) acreditam, por sua vez, que a eleição de Geraldo Alckmin resultaria na perda da liderança brasileira na América Latina e no Mercosul. “O Mercosul é composto por governos de esquerda, com exceção do Paraguai. Esse é o ponto comum. Se o Brasil tiver um presidente mais de direita, esse presidente terá dificuldades para lidar com o bloco, especialmente agora

que Chávez vem ganhando força e se tornando cada vez mais difícil de conter”, declarou um membro da CE.

Referência

Sites

Governo da República Federativa do Brasil

<http://www.brasil.gov.br>

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

<http://www.mre.gov.br>

Partido da Social Democracia Brasileira

<http://www.psdb.org.br>

Partido dos Trabalhadores

<http://www.pt.org.br>

BBC

<http://www.bbc.com>

Ver também

14/11/2003 - [A Política Externa Brasileira e a América do Sul](#)

14/11/2003 - [A política externa brasileira e a cooperação entre os países em desenvolvimento](#)

China permite valorização de sua moeda

Resenha
Economia

Lígia Franco Prados Mello
09 de novembro de 2006

O governo chinês permitiu, no dia 28 de setembro de 2006, que sua moeda corrente fosse valorizada. A medida agradou os Estados Unidos, país que há muito pressiona a China para valorizar sua moeda.

No dia 28 de setembro de 2006, o Banco Popular da China, equivalente ao Banco Central chinês, anunciou a valorização de sua moeda corrente, o renmibi (RMB), ou como é mais conhecida, yuan. Há alguns anos, o governo chinês é pressionado, por instituições financeiras internacionais e por outros países, para valorizar a moeda. O yuan, que é artificialmente subvalorizado em relação ao dólar e ao euro, leva, segundo tais instituições financeiras e países, os produtos chineses a concorrer de forma desleal no mercado internacional [ver [Taxa de Câmbio Chinesa](#)]. Em artigo veiculado pela Folha Online, o jornalista da British Broadcasting Corporation (BBC), Duncan Bartlett declarou que algumas indústrias estadunidenses alegam que a concorrência de produtos chineses ameaça a sobrevivência das primeiras.

Em 1995, o dólar foi valorizado e levou à valorização real das principais moedas asiáticas. Um ano antes, porém, o yuan havia sido desvalorizado e indexado ao dólar, ou seja, mantida a taxa fixa nominal de câmbio do yuan/dólar, em cerca de 8,28 yuans por dólar. Porém, cada vez mais empresas e autoridades políticas estadunidenses e européias vêem aí uma forma de concorrência desleal e pedem a

seus governos que exijam da China que deixe sua moeda flutuar.

Por esses motivos, a administração de George W. Bush, atual presidente dos Estados Unidos da América, considerou um primeiro passo, quando em julho de 2005, a China valorizou sua moeda.

No ano de 2005, o RMB foi valorizado em 2% e foi ajustada uma faixa de flutuação de 0,3% que permitia, portanto, que o yuan fosse valorizado ou desvalorizado em 0,3% no mercado de câmbio. Isso ocorre porque o regime de taxa de câmbio chinês é fixo, e taxas de câmbio fixas podem flutuar entre bandas cambiais¹ definidas previamente, conduzindo a intervenções constantes do governo [ver [Economia e Comércio da China](#)]. Para a administração Bush, que defende a não fixação do câmbio, esse primeiro passo foi ainda muito pequeno para que o yuan possa flutuar no mercado financeiro.

O Banco Popular da China usa uma cesta

¹ São intervalos dentro dos quais a taxa de câmbio pode flutuar livremente. Quando o mercado estabelece um preço para a moeda estrangeira fora desses limites, ou seja, fora da banda cambial, a autoridade monetária interfere, vendendo ou comprando divisas.

de moedas correntes e outros fatores para calcular o valor futuro para a moeda local. Essa cautela para valorizar é entendida, uma vez que, com a valorização do yuan, os produtos chineses se tornam menos atrativos. De acordo com Krugman, economista e professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, permanecendo tudo o mais constante, uma valorização da moeda de um país (uma queda nos preços em moeda doméstica das moedas estrangeiras) eleva o preço relativo de suas exportações e diminui o preço relativo de suas importações. Analisando o papel que o yuan vem exercendo principalmente no que diz respeito aos fluxos de investimentos diretos externos, é possível entender o cuidado chinês com a valorização de sua moeda, já que a subvalorização é o que atrai, em grande medida, os investimentos diretos externos na China, com a promessa de obtenção de altas taxas de lucro para o investidor. Além disso, todas as contas do balanço de pagamentos são influenciadas pela taxa de câmbio, cujas alterações afetam exportações, importações, entrada de capitais estrangeiros e volume de reservas.

A despeito de tudo isso, em setembro de 2006, o RMB sofreu nova valorização. A moeda se valorizou em 1,29% em relação ao valor que passou a ter em julho do ano passado. E, 2,66% desde que a reforma do sistema da taxa de câmbio começou. No primeiro dia de valorização, o dólar foi negociado a 8,0064 yuans, enquanto em julho passado chegou a 8,11 depois de ter sido negociado, durante mais de 10 anos, a 8,27 yuans. Segundo Qing Wang, estrategista do Bank of America, a expectativa é de que a relação do yuan para o dólar chegue a 7,63 para o fim deste ano.

A visita do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Henry M. Paulson Jr., que tem décadas de experiência em negociações com a China, foi muito importante. Paulson afirmou que todas as economias querem atingir o ponto onde os

valores das moedas são determinados dentro de um mercado aberto e competitivo, pedindo mais flexibilidade a Pequim. Ao contrário do que pretendiam dois senadores estadunidenses, Charles Schumer e Lindsey Graham, que ameaçaram, em setembro de 2004, impor uma tarifa punitiva de 27,5% a todos os produtos chineses se o yuan não fosse valorizado, Paulson fez visitas e reuniões com autoridades chinesas e não utilizou ameaças. Para ele, altas tarifas poderiam violar regras internacionais e levariam a um efeito contrário ao desejado pelos Estados Unidos.

Quando o governo estadunidense propôs, por exemplo, o estabelecimento de um sistema de cotas para a importação de produtos têxteis chinês, medida que iria satisfazer os fabricantes de têxteis nacionais, mas desagradar o setor varejista, já que encareceria o produto final para o consumidor, os chineses reagiram dizendo que não iriam restringir as suas exportações, apesar dos apelos dos EUA e da UE. E ameaçou não aumentar tarifas de exportação sobre os têxteis, como tinha anunciado, caso EUA e UE impusessem restrições às importações desses produtos. Da mesma forma, as autoridades chinesas podem reagir à imposição de tarifas altas, superdesvalorizando o yuan e aumentando ainda mais o grande déficit estadunidense com a China, que passa de 207 bilhões de dólares.

Argumenta-se que teriam contribuído para que o governo chinês permitisse que o yuan fosse valorizado: o aumento das taxas de juros do Banco Mundial, o aumento das trocas comerciais realizadas pela China e a pressão dos ministros das finanças do G7, ao declararem que em economias emergentes com grande número de parceiros comerciais, como é o caso da China, uma flexibilidade maior da taxa de juros é desejável para que ajustes ocorram.

Apesar de uma euforia inicial, há ainda

um clima de insegurança, por parte de autoridades estadunidenses, quanto à ação chinesa, porque a valorização de sua moeda não significa necessariamente uma mudança. Os chineses podem, como já ocorreu em outros momentos, ter valorizado agora e deixar o yuan se desvalorizar ligeiramente. A valorização recente é ainda modesta, e talvez não dure.

Referência

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia Internacional**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. Pearson Addison Wesley, 2005.

Sites:

Folha online

<http://www.folhaonline.com.br>

Governo Central Chinês

<http://english.gov.cn>

Herald Tribune

<http://www.iht.com>

The New York Times

<http://www.nytimes.com>

Le Monde Diplomatique Brasil

<http://www.diplo.uol.com.br>

Ver também:

05/08/2005 - [Economia e Comércio da China](#)

24/06/2005 - [Taxa de Câmbio Chinesa](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>